AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTANCIA DA PRESENÇA DA FAMÍLIA

VIVIANE MENEZES DE SOUZA

RESUMO

Dentro dos novos desafios que surgem nas escolas e como uma antiga demanda de pesquisadores e professores, a relação família-escola torna-se cada vez mais necessária para abordar a educação em todas as frentes. Assim, essa relação tem se tornado mais presente na literatura de pesquisa nos últimos tempos. Família e Escola são referência essencial para a incorporação de um novo ser humano na sociedade; além disso, este quadro está à mercê das vicissitudes impostas pelas diversas transformações que ambas as instituições devem assumir se quiserem responder à sua tarefa educativa e socializadora. Após a recente, mas não totalmente concluída, integração das creches aos sistemas de ensino, a formação de professores é legalmente exigida. Várias estratégias têm sido para enfrentar esse desafio: organização de cursos de educação de adultos para educadores que atuam em creches; substituição de educadores não qualificados por profissionais com formação acadêmica. A tendência observada é a exigência de mais educação para educadores de crianças que estão se aproximando dos sete anos, e mais flexibilidade para aqueles que cuidam das mais jovens crianças.

Palavras-chave: Escola; Família; Integração.

INTRODUÇÃO

Um conceito democrático de qualidade na educação não deve deixar de levar em consideração o acesso a creches e pré-escolas. Em um país populoso como o Brasil, onde as crianças de 0 a 6 anos representam 13,3% do total, população (17 por cento em alguns estados (Brasil, 2002), com desigualdade desenfreada de renda, distribuição e entre regiões, é importante descobrir quem tem acesso à educação e que tipo de educação é oferecida.

Kappel (2003, 2005) realizou um estudo com base em dados coletados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e MEC para o período 19952001. Essas agências são as principais fontes de dados estatísticos sobre a educação brasileira: IBGE coleta dados em domicílios por meio de censos demográficos decenais e amostra nacional anual de pesquisas, e o MEC coleta dados de matrícula escolar fornecidos pelos sistemas escolares. Como Rosemberg mostrou (1999), os registros do IBGE sempre apresentaram maior número de matrículas do que o MEC. Uma explicação para isso pode ser o fato de que muitos serviços utilizados pelas famílias não são fiscalizados ou registrados em órgãos competentes, ou seja, eles têm uma existência marginal em oposição aos sistemas regulares de escolas públicas e privadas.

O estudo de Kappel mostrou que no período considerado houve uma expansão no número de inscrições, no entanto, grande parte das crianças brasileiras ainda estava fora da escola em 2001. Naquele ano, apenas 10,6% das crianças de 0 a 3 anos e 57,1% das crianças entre 4 e 6 anos frequentavam creches e pré-escolas nas grandes cidades.

As porcentagens de crianças matriculadas foram maiores para as crianças que se aproximavam sete anos de idade, de famílias brancas, de alta ou média renda e pais – principalmente mães – com maior escolaridade, mães que trabalham e famílias com menor número de pessoas, localizadas em áreas urbanas em regiões mais desenvolvidas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Um dos principais critérios de qualidade utilizados internacionalmente para avaliar a qualidade das escolas em qualquer nível de ensino é o tipo de educação anterior e treinamento no trabalho de professores ou educadores que trabalham diretamente com os alunos.

Antes da legislação vigente, as duas principais divisões da primeira infância sistemas de ensino no Brasil (atendimento e educação de crianças de 0 a 6 anos) diferentes agências governamentais. Pré-escolas, que geralmente atendem crianças de 4 a 6 anos em regime de tempo parcial, sempre estiveram vinculadas às redes regulares de ensino, nas escolas primárias ou nas suas próprias instalações. Nessas escolas, os professores (principalmente mulheres) eram normalmente obrigados a ter um grau de educação de nível médio, mas em alguns sistemas escolares há um número significativo de professores com formação superior.

Em algumas regiões brasileiras, os atendimentos de urgência permaneceram, em geral por meio de acordos que admitiam professores não qualificados.

Para Piccinin (2012, p. 40):

A base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos sócio emocionais e de-

senvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem-sucedidas e fortalecidas.

As creches, por sua vez, eram em sua maioria supervisionadas por agências de assistência social, fornecendo cuidados e educação em tempo integral para a faixa etária de 0 a 6 anos. Elas foram administradas por governos locais ou estaduais ou por meio de acordos com agências ou ONGs locais ou internacionais.

As agências de bem-estar social raramente se preocupavam com escolaridade mínima ou grau de instrução anterior para adultos que trabalhavam diretamente com as crianças (Tavares, 1996). No máximo, algum treinamento não sistemático no trabalho foi oferecido, seja diretamente por meio de sistemas de supervisão ou por meio de consultores.

No cenário atual, as rápidas e profundas mudanças na sociedade têm deixado os indivíduos despreparados para se adaptar em diversos níveis: biológico, psicológico e social. A crescente complexidade desse contexto exige uma nova abordagem educacional, tanto por parte da família quanto da escola, que demanda um compromisso em trabalhar juntos em um projeto comum.

Weber (2007) propõe quatro padrões de interação entre pais e filhos: o estilo autoritário, permissivo, negligente e participativo. O estilo autoritário é caracterizado por pais exigentes, que impõem regras e limites rígidos visando obediência e controle. Já o estilo negligente permite tudo aos filhos, porém não exerce o papel de educador, estabelecendo poucos limites e oferecendo pouco afeto, o que resulta em baixo desempenho e maior probabilidade de depressão, pessimismo, baixa autoestima e estresse. Por fim, o estilo participativo é considerado o mais adequado, com pais exigentes, porém sempre acessíveis para conversas e trocas. Eles impõem limites, mas compensam com muito afeto.

Os avanços científicos e tecnológicos têm promovido mudanças rápidas e contínuas, em um ritmo vertiginoso que não permite que nos adaptemos completamente às novas demandas impostas ao mundo da cultura, que evolui de forma mais lenta.

Essas mudanças afetam a educação familiar em dois níveis: interno e externo. Internamente, as famílias precisam de uma referência para orientar e educar seus filhos em um mundo em constante fluxo, onde a instabilidade e a incerteza alimentam a insegurança. As antigas crenças e valores transmitidos pela educação recebida muitas vezes não são adequados para educar a geração atual.

Externamente, as famílias se deparam com contrastes e se perguntam como lidar com as demandas dos filhos que estão fora dos esquemas vividos por eles próprios. Nesse contexto turbulento, a família perde seus antigos pontos de apoio, os pilares que sustentavam suas crenças e fundamentos, como a figura do homem como autoridade, a figura da mãe como símbolo de amor e submissão, e a sexualidade como mistério da reprodução. Essa situação dificulta a busca por orientações educacionais que atendam às necessidades atuais dos filhos.

No passado, as fronteiras entre família e escola eram estabelecidas pela instituição escolar e pelos professores. Os profissionais da educação consideravam que os pais não tinham autoridade em assuntos educacionais e não tinham lugar na escola. Esperava-se que os pais apoiassem os professores ou contribuíssem pontualmente, mas não questionassem a pedagogia ou fizessem críticas.

Em resumo, a família busca novos pilares para estabelecer uma nova identidade em meio a um mundo em transformação.

A ESCOLA, SUA IMPORTÂNCIA E AS MUDANÇAS NA SOCIEDADE

Estamos vivenciando transformações significativas na família e na escola no que se refere aos pais envolvidos na educação. Essas mudanças são influenciadas pelas Novas Tecnologias da Comunicação, que apresentam desafios difíceis de abordar e caracterizam a sociedade atual, moldando estilos de vida e valores.

Um dos contrastes é que podemos não nos comunicar com nosso vizinho do quarteirão, mas estabelecemos relações com pessoas e países distantes por meio de e-mails, internet ou videoconferências. Além disso, algumas regiões autônomas defendem fortemente suas identidades, buscando ações conjuntas e globais que não se limitam ao âmbito internacional. Em países desenvolvidos, por exemplo, pode haver alta taxa de desemprego, levando ao uso de mão de obra barata de imigrantes que não estão integrados à cultura local. Pequenas infrações podem ser penalizadas, enquanto grandes corrupções são muitas vezes justificadas. Valores como esforço, perseverança e trabalho duro são desvalorizados, enquanto o sucesso fácil é recompensado.

Nesse cenário, a mídia desempenha um papel central, iluminando a vida cotidiana e influenciando tanto a família quanto a escola. Recursos audiovisuais e tecnológicos, como televisão, videogames e internet, moldam uma nova forma de compreender o mundo e seus valores. À medida que a autoridade parental na função educativa é diminuída, a educação televisiva ganha cada vez mais destaque, oferecendo produtos que requerem pouco esforço ou discernimento,

seja de qualidade questionável ou exemplar, que antes eram transmitidos pela hierarquia familiar.

Diante disso, podemos concluir que as crianças estão expostas a uma grande quantidade de informações vindas de diferentes fontes, muitas vezes contraditórias, formando uma realidade complexa. Isso torna iminente a necessidade de educação por parte dos pais e professores para ajudá-las a discernir e orientar suas experiências diárias diante desse acúmulo de informações.

Tomando como referência o Relatório da UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors, podemos fundamentar a educação para o futuro em quatro pilares fundamentais: aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a viver em comunidade.

Aprender a conhecer envolve colocar as crianças em contato com o conhecimento, tanto aquele organizado nos currículos escolares como aquele presente em sua interação com a família e o mundo ao seu redor. É importante que haja trocas e comunicação familiar sobre a história, as experiências passadas e a identidade pessoal, familiar e social.

Aprender a ser envolve o desenvolvimento de dois aspectos: social e individual. Socialmente, as crianças aprendem a ser membros de um grupo social e a se relacionar com uma cultura, complementando o aprendizado de conhecer. Individualmente, elas descobrem sua interioridade, suas possibilidades e limitações, desenvolvendo seu projeto de vida.

Aprender a fazer implica no desenvolvimento de habilidades e competências por meio da observação, experimentação e descoberta do ambiente ao redor. A criança aprende fazendo, sendo influenciada pelas pessoas próximas a ela, tanto na escola quanto na família. Estimular a criatividade e a capacidade de explorar é essencial nesse processo.

Aprender a viver em comunidade é promover uma educação que prepare as crianças para participar, cooperar, dialogar e tomar decisões consensuais. Isso começa no âmbito familiar e se estende para outros contextos sociais. A comunidade pode se referir à família, à escola ou a outros grupos sociais, e é fundamental para a formação de valores morais e políticos.

Em resumo, as mudanças na família e na escola, influenciadas pelas transformações sociais e tecnológicas, exigem uma revisão dos papéis dos pais e professores na educação. Os quatro pilares fundamentais da educação propostos pela UNESCO fornecem uma base sólida para orientar esse processo, ajudando as crianças a desenvolver conhecimento, identidade, habilidades e valores necessários para enfrentar um mundo em constante transformação.

É dever da Família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL: LDB, 1996)

A família desempenha um papel fundamental na educação dos filhos e deve refletir sobre suas diretrizes educativas. A complexidade da realidade atual tem impacto na vida das crianças, levando a problemas escolares e familiares, como desinteresse, desmotivação, dependência, baixo rendimento, insucesso escolar e violência. Esses problemas não podem ser atribuídos apenas à sociedade em geral, à família, à escola ou aos alunos isoladamente, mas sim à interação entre todos esses elementos.

É necessário que a família receba uma formação específica nesse novo campo pedagógico, de modo a ter uma visão abrangente do contexto em que está inserida. A criança inicia sua jornada educativa na família, que complementa o papel da escola. Portanto, família e escola são dois contextos próximos na vida diária das crianças, exigindo um esforço conjunto para criar espaços de comunicação e participação que estejam alinhados com essa realidade.

Ambas as instituições têm como objetivo prioritário promover o crescimento biológico, psicológico, social, ético e moral das crianças, ou seja, o desenvolvimento integral de sua personalidade. Para isso, é essencial que haja coordenação e harmonia entre família e escola, pois o comportamento dessas instituições influenciará as interações sociais futuras e a convivência em grupo, criando assim um novo estilo de vida.

É urgente que a família e a escola considerem as crianças como os verdadeiros protagonistas de seu trabalho educativo. O verdadeiro desafio é aprender a ser e aprender a viver em comunidade. É necessário proporcionar espaços de comunicação e trocas que estimulem a participação e levem a compromissos que enriqueçam a vida pessoal e coletiva dos envolvidos.

O CONCEITO DE INFÂNCIA NA PEDAGOGIA

A Pedagogia elabora uma representação básica da infância a partir das noções pedagógicas de natureza e de cultura que assumem um caráter temporal. Como a infância precede a idade adulta, o fator tempo é introduzido no conceito de infância. Por um lado, o desenvolvimento fisiológico da criança provoca uma certa confusão entre natureza humana e natureza no sentido bio-

lógico, ao mesmo tempo o aspecto temporal confunde a infância como origem individual do homem, com a origem da humanidade: a infância corresponde ao estágio originário da humanidade como a mesma expressa os traços essenciais da natureza humana.

Como sabemos, a escola moderna, isto é, a ideia de escola como pensamos hoje, com regras, disciplinas, conteúdos programáticos, divisão por séries a partir de critérios cronológicos etc., é algo articulado ao surgimento de um novo sentimento dos adultos em relação às crianças, um sentimento que implica cuidados especiais para com os pequenos, e que está na base da noção de infância gerada com o advento da Modernidade [...] (GHIRALDELLI , 1996, p.19-20).

Essa ideia de infância está atribuída de significados ideológicos, não só a nível da relação da criança com o adulto, mas também a nível das relações da criança com a sociedade.

Segundo Sonia Kramer, no primeiro nível, o adulto estabelece uma imagem de criança como um ser fraco e incompleto, atribuindo essas características à "natureza infantil". Porém essa ideia de natureza dissimula as relações da criança com o adulto a medida em que o mesmo exerce sobre a criança uma autoridade constante que é social e não natural, e que reproduz as formas de autoridade de uma determinada sociedade.

Quanto ao segundo nível, a criança é considerada como um ser que não é ainda social, desempenhando apenas um papel marginal nas relações sociais, tanto em relação à produção dos bens materiais, quanto em relação à participação nas decisões. Desta forma, o desenvolvimento cultural da possibilidade naturais da criança, ao invés de socialmente determinado e condicionado por sua origem social. Fica dissimulada a rejeição social e econômica que a criança sofre, e fica mascarado o papel efetivamente desempenhado no trabalho pelas crianças provenientes de classes sociais em que este trabalho é fundamental para a sua sobrevivência, dado as condições precárias d e vida, fruto das desigualdades existentes na estrutura da sociedade capitalista.

Há muitas maneiras diferentes de entender a criança - por exemplo, como um vaso vazio a ser preenchido com o conhecimento por parte dos adultos, como um inocente na idade de ouro da vida, como o filho natural ou científico ou como um co-construtor do conhecimento, da cultura e da identidade no relacionamento com outras crianças e adultos (Moss, Dahlberg & Pence, 2000, p.109)

Tomando a pedagogia como tema de análise, percebe-se que nas duas opções (tradicional e nova) encontra-se a dupla concepção de infância.

Para a pedagogia tradicional, a natureza da criança é corrompida, a tarefa da educação é discipliná-la e colocar regras, por meio de intervenção direta do adulto e da constante transmissão de modelos.

Para a pedagogia nova ou moderna, concebe a natureza da criança como inocência original, a educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade e salvando sua pureza. A educação não se baseia na autoridade do adulto, mas na liberdade da criança e na expressão de sua espontaneidade. A concepção de infância elaborada pela pedagogia nova torna possível o surgimento de uma psicologia científica da criança e de um método genético a partir do qual a criança deve ser compreendida em função de seu passado individual.

Ambas as perspectivas tratam a criança como um ser abstrato camuflando o significado social da infância, que se esconde de argumentos filosóficos e psicológicos.

TEMPO E ESPAÇO

Ao dialogar sobre organização do Espaço e tempo, tomou-se como referencial teórico, Barbosa e Horn (2001), as quais apontam que o cotidiano das crianças da Educação Infantil é organizado de forma que as atividades tenham seu início a partir das necessidades delas. Por isso, esse educador precisa observar e se atentar ao que as crianças brincam, o que gostam de fazer, os lugares preferidos e o que chama atenção, sempre observando quando ficam agitadas e quando estão mais tranquilas.

Segundo Barbosa e Horn (2001) a organização do trabalho deve contar com o envolvimento das crianças em sua construção. Com as crianças pequenas observar a linguagem por intermédio de gestos, choro, olhares e expressão facial. As maiores podem dialogar e desta maneira, as atividades planejadas devem contar com a participação ativa delas. A rotina de uma escola infantil deve contemplar momentos diversificados, que não serão da mesma forma para crianças maiores e menores.

Muitas atividades são envolvidas nessa jornada diária desde o horário da chegada, atividades, brincadeiras, higiene, jogos, brincadeiras de faz de conta, entre outros. Esses momentos devem propiciar experiências, criatividade, imaginação, desenvolvimento das linguagens e a interação com outras pessoas. Em relação ao tempo, as atividades devem ser organizadas pensando nas necessidades biológicas das crianças inserindo assim o tempo de repouso, higiene, alimentação e necessidades psicológicas, levando sempre em consideração que cada indivíduo tem um tempo e um ritmo próprio

para realizar a atividade proposta.

O professor deve estar atento a estas necessidades, pois além de individuais, também são sociais e históricas. Deve-se, portanto, respeitar as diferentes culturas e costumes.

A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura traz grandes benefícios para todas as pessoas, independentemente da idade. Por isso é muito importante que desde jovens e comecem a aprender a ler, procuremos incutir neles o hábito da leitura, pois também faremos com que se familiarizem com a língua mais rapidamente.

Ler um livro ajuda as crianças a estimular sua imaginação e criatividade, fazendo com que se sintam mais interessadas nas coisas ao seu redor e aumentando sua cultura. Da mesma forma, o fato de lerem diariamente algumas páginas de um livro ou de uma história apropriada para sua idade vai melhorar seu vocabulário, aprender novas palavras e desenvolver sua agilidade mental.

Ler e escrever são duas habilidades que se aprendem, todos nós temos essa habilidade. É essencial promover a alfabetização desde cedo. Ler é a chave maravilhosa para a informação, cultura, o mundo da ficção e fantasia. A importância da leitura na infância está baseada em seus benefícios para estudar e adquirir novos conhecimentos. A colaboração de pais e professores é necessária para promover o processo de alfabetização.

A literatura infantil deveria estar presente na vida da criança como está o leite em sua mamadeira. Ambos contribuem para o seu desenvolvimento. Um, para o desenvolvimento biológico: outro, para o psicológico, nas suas dimensões afetivas e intelectuais. A literatura infantil tem uma magia e um encantamento capazes de despertar no leitor todo um potencial criativo. É uma força capaz de transformar a realidade quando trabalhada adequadamente com o educando. (OLIVEIRA, 1996, p. 27)

Todos sabem que de uma forma ou de outra a leitura é essencial para contribuir com o desenvolvimento geral da criança, pois ao começar a ler um livro, ela entra plenamente em um mundo equivalente que lhe revela caminhos diversos. A leitura é a fonte do conhecimento, por isso seria interessante entrar em contato com ela desde cedo. Embora a criança pequena não consiga ler as letras, elas podem interpretar as ilustrações, são elas que fazem a criança prestar atenção e de alguma forma formar uma história sobre elas que faz com que a imaginação e a criatividade se desenvolvam ao interpretá-las, pois a criança começa a construir sua própria representação, para criar uma realidade em sua mente.

À medida que investigamos as aventuras que um livro pode proporcionar às crianças, sua atenção é capturada; aumentando assim seus níveis de atenção sustentada, memória e concentração na tarefa. Isso promoverá o aprendizado. Além disso, a criança se identifica com as histórias que são contadas ou com os personagens que aparecem, para que a empatia das crianças seja posta em jogo e, ao se colocarem no lugar do outro, as interações sociais são fortalecidas e faz com que reflitam e examinem os vários contextos. É uma forma de prepará-los para as decisões futuras.

Assim fica claro que “a experiência é um valor intransmissível” o que confirma que quando lemos estamos realizando uma atividade plena de vivência pessoal, onde a criança se descobre (favorecendo seu autoconceito e aumentando sua autoestima) marca em sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família desempenha um papel crucial nesse aspecto, mas é importante ajudá-los a tomar consciência disso. À medida que a sociedade atual passa por mudanças, devemos nos adaptar a uma estrutura participativa e comprometida, onde cada membro desempenhe seu papel e tenha consciência de sua identidade individual como parte daquela comunidade.

A escola ocupa um lugar de extrema importância na vida das crianças. Entre seus objetivos está o estímulo à participação, cooperação e colaboração entre os alunos. Dessa forma, colocar em prática valores comunitários e democráticos, que são buscados tanto na família quanto na escola, faz parte da vivência diária dos alunos, moldando sua identidade e o conceito que eles têm de si mesmos.

Em uma sociedade como a nossa, é fundamental que a família e a escola tenham clareza sobre seus papéis e promovam a vida em comunidade, como base de toda a experiência social subsequente. As primeiras experiências na família, com formas de comunicação baseadas no diálogo e no consenso, irão apoiar atitudes democráticas de participação, colaboração e cooperação.

Portanto, é essencial que pais e professores concordem sobre como promover a participação efetiva da família na escola, de modo que suas relações sejam mutuamente benéficas e possamos enfrentar os desafios apresentados por este mundo em constante mudança, impactando positivamente a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB n.º 9.394/96.

Congresso Nacional. Brasília/DF. 1996.

_____MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Nacionais de

Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, MEC/ SEB, 2006. 1v.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo:

Cortez, 1996.

KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches e pré-escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p. 35-47, jan./abr. 2001.

OLIVEIRA, M. A. de. Leitura prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola. São Paulo: Paulinas, 1996.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação Família/Escola e o Desempenho Escolar.

Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PICCININ, Priscila Vanessa. A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

WEBER, Lídia. Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites.

Curitiba: Juruá, 2007.